

# Aprendizagem ao Longo da Vida e a Infoinclusão

Perspetivas da população envelhecida da região raiana de Portugal

## *Lifelong Learning and Info-inclusion*

*Perspectives of the ageing population in the borderland region of Portugal*

Henrique Gil

Age.Comm - IPCB  
Instituto Politécnico de Castelo Branco  
Castelo Branco, Portugal  
hteixeiragil@ipcb.pt

Maria Raquel Patrício

Centro de Investigação em Educação Básica  
Instituto Politécnico de Bragança  
Bragança, Portugal  
raquel@ipb.pt

**Resumo**—A aprendizagem ao longo da vida constitui uma preocupação dos vários Estados no sentido de conseguir que os seus cidadãos possam corresponder aos desafios de uma sociedade digital cada vez mais exigente. Estas exigências implicam que neste processo os cidadãos adquiram uma literacia digital que lhes permitam estarem infoincluídos. Contudo, todos os dados referem que os cidadãos mais idosos são aqueles que apresentam os maiores níveis de infoexclusão. Este artigo tem como objetivo apresentar os principais resultados e conclusões de uma investigação do projeto PerSoParAge - Recursos pessoais e sociais para a autonomia e participação social numa sociedade envelhecida. Foram envolvidos nesta investigação cidadãos entre os 55 e os 64 anos dos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre, a fim de se investigar a sua relação com as Tecnologias de Informação e Comunicação e a aprendizagem ao longo da vida. Foi possível averiguar-se que as Tecnologias de Informação e Comunicação podem promover uma mais adequada inclusão social desta população envelhecida ao lhes conferir um maior empoderamento que, conjuntamente com a também promoção da aprendizagem ao longo da vida, lhes proporcione um mais adequado processo de envelhecimento na sociedade digital.

**Palavras Chave** - *aprendizagem ao longo da vida; infoinclusão; envelhecimento, tecnologias de informação e comunicação.*

**Abstract** — Lifelong learning constitutes a concern of the various governments in order to ensure that their citizens can respond to the challenges of an increasingly demanding digital society. These demands imply that in this process citizens acquire digital literacy that allows them to be included. However, all data indicate that older citizens are those with the highest levels of info-exclusion. This article aims to present the main results and conclusions of an investigation of the PerSoParAge project - Personal and social resources for autonomy and social participation in an ageing society. Citizens between 55 and 64 years old from the districts of Castelo Branco, Guarda and Portalegre were involved in this research, in order to investigate their relationship with Information and Communication Technologies and lifelong learning. It was possible to ascertain that Information and Communication Technologies can promote a more adequate social inclusion of this ageing population by giving them greater empowerment that, together with the promotion of

*lifelong learning, provides them with a more adequate ageing process in the digital society.*

**Keywords** - *lifelong learning; info-inclusion; ageing, information and communication technologies.*

### I. APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

O conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) tem sido alvo de uma forte preocupação e de discussão que tem vindo a ser debatida desde os anos 40 do século XX até ao presente século XXI. A primeira conferência internacional, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ocorreu após a 2.<sup>a</sup> Grande Guerra Mundial em 1949 e tomou como prioritária, a então designada educação e formação de adultos, que se traduzisse num instrumento pelos valores da tolerância e da paz de forma a combater atos de totalitarismo. No ano de 1960 teve lugar a segunda conferência internacional onde se discutiu a temática da educação de adultos num 'Mundo em Transformação' associada ao aumento populacional, ao incremento da industrialização e às então designadas 'novas tecnologias'. No seu seguimento, a terceira conferência teve lugar em 1972 e focou-se mais no âmbito da Educação Permanente com uma priorização para a produção de práticas educativas mais inovadoras de forma a se poderem operar transformações sociais [1]. A quarta conferência ocorreu em 1985, retomando as preocupações da conferência anterior. No seu prosseguimento, a quinta conferência realizou-se em 1997 sob a temática 'A Educação das Pessoas Adultas, Uma Chave para o Século XXI' onde se assumiu que uma cidadania ativa e a plena integração na sociedade só poderiam ter lugar com políticas que fomentassem uma aprendizagem ao longo da vida. Neste enquadramento, como refere [2] a aprendizagem ao longo da vida constitui o verdadeiro instrumento de participação dos cidadãos para um melhor desenvolvimento sustentável. Posteriormente, em 2009, ocorreu a sexta conferência internacional onde se discutiu e se assumiu que na aprendizagem ao longo da vida devam coexistir todas as vertentes de educação formal e de educação não formal.

Como consequência destas novas assunções, o conceito de ALV sofreu uma outra dimensão e um novo paradigma ao se entender que este conceito se deve centrar ao nível das aprendizagens ao invés de se centrar ao nível da educação, tal como é referido por [2] e [3]. Esta mudança teve uma outra implicação mais profunda e, possivelmente, mais marcante dado que dotou a ALV com um cariz mais individualista ao exigir a cada cidadão uma atitude e uma postura de maior autorresponsabilização [4]. Que, no entender de [2] representam grandes desafios para os cidadãos, em especial, no seio da presente sociedade digital onde o acesso à informação e à geração de novos conhecimentos representam um valor crescente. Associando a esta realidade o facto de a sociedade estar a evoluir para uma sociedade em rede, como advoga [5], onde ainda neste sentido, já o ‘Livro Branco sobre a Educação e a Formação’ referia a necessidade de o ensinar e o aprender devem ser um processo contínuo [6]. Ou, como referem [7], deverá ser priorizado o ‘aprender a aprender’. Na opinião de [8] os cidadãos devem ser conduzidos para uma progressiva autonomia, não numa perspectiva que se confunda com o individualismo, mas sim numa perspectiva que deverá promover a interação social de forma a se traduzir numa efetiva contribuição social.

## II. INFOINCLUSÃO

A crescente evolução dos recursos e das plataformas digitais tem vindo a criar novos e diferentes desafios aos cidadãos pelo facto de gerarem também e, na sua consequência, novos problemas e novas necessidades às quais terão que ser capazes de responder. Que, por este conjunto de razões, obriga a que cada indivíduo se torne num participante ativo e com autonomia, o que leva [9] a afirmar que seja cada indivíduo a que consiga ir aprendendo a aprender ao longo da vida. No entanto, é preciso que fique claro que estes recursos digitais são apenas ferramentas, mas são ferramentas com um enorme potencial que cada indivíduo deve saber aceder e utilizar para serem capazes de construir novos conhecimentos num contexto de mudança permanente onde a construção e a desconstrução coabitam, pelo que se tornam imprescindíveis altos níveis de flexibilidade cognitiva. Quer isto dizer, tal como afirmam [8] os cidadãos devem ser capazes de transformar dados em informação e, posteriormente, informação em conhecimento num mundo em constante mutação.

Há que considerar o facto de Portugal apresentar um crescimento muito significativo ao nível do envelhecimento, como resultado do aumento da longevidade dado que tem vindo a incrementar a esperança média de vida, a qual cresceu cerca de mais de 30 anos [10]. Quando se associam as faixas etárias com a utilização das tecnologias digitais verifica-se que são os cidadãos mais idosos aqueles que mais se encontram infoexcluídos. A Fig. 1expõe, de forma clara, que enquanto os jovens entre os 16 e os 24 anos apresentam um valor de 100% na utilização da Internet, os idosos entre os 65 e os 74 anos apresentam somente o valor de 33% [11].

2017	Unidade: %
<b>Total</b>	<b>75</b>
<b>Sexo</b>	
Homens	77
Mulheres	73
<b>Escalões etários</b>	
16 a 24 anos	100
25 a 34 anos	99
35 a 44 anos	94
45 a 54 anos	77
55 a 64 anos	56
65 a 74 anos	33

Figure 1. Resultados do Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias (Fonte: Adaptado de [11])

Estes valores são muito preocupantes pela razão da evolução e a diversificação de tecnologias digitais parecer não abrandar o que tornará a fratura digital ainda mais significativa. Neste sentido, não bastará apenas promover um acesso mais facilitado dos mais idosos às tecnologias, mas deverá ser feito um esforço no sentido de se desenvolverem estratégias que permitam aos idosos aquisição de competências digitais para serem socialmente úteis, tal como defendem [12]. Para que estas iniciativas e/ou estratégias sejam mais facilmente bem-sucedidas, [13] apelam para que esta abordagem aos idosos com as tecnologias digitais seja feita de modo a que estes sintam que há uma mais-valia e que sejam facilmente integradas nas suas rotinas de vida para que, deste modo, se promova um modo de vida mais saudável que gere níveis de uma maior inclusão ativa e participativa na sociedade. Assim, partilhar-se o ponto de vista de [14], ao se tomar como prioritário o combate à infoexclusão para que, no seio de uma aprendizagem ao longo da vida, todos os cidadãos deverão poder e ser capazes de aceder a novas formas de informação e de manipular recursos digitais que lhes permitam gerar novos conhecimentos e usufruir de meios inovadores que proporcionem um envelhecimento ativo e saudável.

Neste processo é fundamental a criação de condições para que seja o idoso a escolher e a selecionar as tecnologias digitais que mais lhe interessam ou aquelas onde sentem que podem contribuir nas suas rotinas. Neste contexto, é importante referir a opinião de [15], no sentido de haver a necessidade das tecnologias digitais passarem por um processo de ‘domestication’, tal como [15] apelidam, dado que só desta forma se realizará um verdadeiro processo de apropriação e de incorporação das tecnologias digitais pelos mais idosos. Neste âmbito [16] e [17] referem também a necessidade de ter que ser feita uma abordagem associada ao ‘inclusive design’ no sentido dos recursos digitais poderem adaptar-se de uma forma mais fácil e mais direta às reais necessidades dos idosos. Para o efeito, [18] é de opinião que na conceção e nas fases de construção dos recursos digitais

(plataformas, software, aplicações digitais...) se valorize o designado 'designing with people' em vez de uma abordagem (bastante comum) que se baseia e privilegia o 'designing for people'. Só quando os idosos sentirem que as tecnologias digitais estão realmente ao seu serviço é que se estabelecem as condições para a sua maior taxa de adoção e, consequentemente, maiores índices de infoinclusão poderão ser conseguidos.

### III. ESTUDO

O estudo que se apresenta visa analisar a relação da população, entre os 55 e 64 anos de idade dos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre, com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e as suas perspetivas em relação à aprendizagem ao longo da vida. E, de igual modo, compreender em que medida o uso das TIC determina motivações e interesses para a aprendizagem ao longo da vida. Para o efeito, foi elaborado um inquérito por questionário e aplicado à população em estudo.

Este estudo insere-se no âmbito do projeto PerSoParAge - Recursos pessoais e sociais para a autonomia e participação social numa sociedade envelhecida (POCI-01-0145-FEDER-023678), tendo por especialidade o envelhecimento nos territórios do interior, nomeadamente nos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre. O projeto propôs-se investigar e avaliar como estes territórios enfrentam o envelhecimento da população, conhecendo e avaliando as necessidades e os problemas atuais e futuros da população, através de uma avaliação destes territórios, com o objetivo de desenvolver instrumentos de análise e propostas de intervenção de desenvolvimento regional que defrontem os desafios do envelhecimento populacional destas regiões envelhecidas do interior de Portugal.

O projeto cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020), na componente FEDER, e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) desenvolveu-se entre outubro de 2017 e dezembro de 2019. O consórcio do projeto integrou diversas entidades e parceiros das regiões em estudo. O Instituto Politécnico de Castelo Branco foi o promotor do projeto, sendo copromotores o Instituto Politécnico de Portalegre, o Instituto Politécnico da Guarda, o Instituto Politécnico de Bragança, a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Os parceiros do projeto foram a Câmara Municipal de Portalegre, a Câmara Municipal de Elvas, a Junta de Freguesia de Castelo Branco, a Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, a Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, a ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento, e a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco.

### IV. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos são de natureza predominantemente quantitativa, usando como instrumento de recolha de dados o inquérito por questionário. A análise dos dados foi realizada de acordo com a natureza das questões. Ou seja, as questões de resposta fechada foram alvo de uma análise estatística descritiva e para as questões de resposta aberta recorreu-se a uma análise de conteúdo. O

inquérito por questionário foi elaborado especificamente para o estudo, validado por especialistas e aplicado com o consentimento dos inquiridos. Este instrumento integrou uma grande quantidade de questões dada a multiplicidade de dimensões que o projeto envolveu. Todavia, para o presente trabalho apenas foram consideradas aquelas que, de alguma forma, estão relacionadas com as TIC (utilização de dispositivos tecnológicos e Internet, formação em competências digitais) e aprendizagem ao longo da vida (cursos de educação de adultos, temáticas dos cursos e como estes podem ajudar a envelhecer melhor), bem como algumas questões de caracterização sociodemográfica (localidade, sexo, idade e habilitações académicas). A amostra foi composta por 139 indivíduos, entre os 55 e 64 anos de idade, residentes nos distritos de Castelo Branco (60 indivíduos), da Guarda (36 indivíduos) e de Portalegre (43 indivíduos).

### V. RESULTADOS

Por forma a facilitar a compreensão e a discussão, os dados são apresentados por categorias de resultados: caracterização sociodemográfica, TIC e aprendizagem ao longo da vida.

#### A. Caracterização Sociodemográfica

Relativamente à caracterização sociodemográfica, predomina o sexo feminino nos distritos da Guarda (67%) e de Castelo Branco (55%), mas em Portalegre é o sexo masculino (53%) que está em maior representatividade e com a população a atingir uma média de idade mais avançada (60,1 anos). Já na Guarda a idade média é de 59,6 anos e em Castelo Branco a população tem em média 58,9 anos. A amostra dos 3 distritos é instruída, sendo Castelo Branco o distrito que apresenta um maior número de inquiridos com o ensino superior (35%). Na Guarda 44% da população completou estudos de nível secundário e em Portalegre destaca-se o 2.º ciclo do ensino básico (23%), ainda que o analfabetismo atinga 6% da população com mais idade.

#### B. TIC

Quanto às TIC, há uma tendência para o uso de smartphone entre os inquiridos dos 3 distritos, ainda que outros dispositivos tecnológicos, como o tablet, o computador portátil ou o computador de secretária, estejam também presentes nos agregados domésticos. Apesar disso, alguns respondentes, principalmente os de mais idade, não têm qualquer dispositivo tecnológico devido à falta de conhecimentos para a sua utilização, aos custos elevados e não precisar destes dispositivos. A Internet está presente na residência da maioria da população (70%), sendo utilizada há mais de 3 anos, nomeadamente, para aceder a informação, comunicar com a família, interagir socialmente e reduzir o isolamento. A análise dos dados permitiu, constatar que o dispositivo tecnológico e a Internet são utilizados diariamente para pesquisar assuntos variados, consultar as notícias, comunicar e participar em redes sociais. Ainda assim, existem residentes na Guarda (33%) e em Portalegre (20%) que não fazem uso da Internet nem dos dispositivos tecnológicos, sobretudo pessoas com mais de 60 anos e do sexo feminino. Verificou-se que há uma tendência a

população de Castelo Branco (68%) e da Guarda (65%) para frequentarem ações de formação em competências digitais, mas em Portalegre a população (69%) apresenta baixa predisposição para adquirir competências digitais.

### C. Aprendizagem ao Longo da Vida

No que respeita à aprendizagem ao longo da vida, comprovamos, mais uma vez, que a maioria da população de Castelo Branco (95%) e da Guarda (86%) considera importante a existência de cursos de educação de adultos ou qualquer outro tipo de aprendizagem de habilidades pessoais, mas apenas alguns gostariam de frequentar cursos (65% em Castelo Branco e 69% na Guarda). Já em Portalegre, mais de metade dos inquiridos (58%) não valoriza cursos de educação de adultos nem manifestou interesse em assistir a algum tipo de aprendizagem (84%). A população que mostrou curiosidade na aprendizagem ao longo da vida, sugeriu como temáticas relevantes a serem abordadas nos cursos: TIC, saúde e bem-estar, apoio especializado a idosos, artes e cultura, cidadania e culinária. As percepções de um melhor envelhecimento aprendendo ao longo da vida são superiores em Castelo Branco (83%), depois na Guarda (50%) e, por fim, em Portalegre (47%). Os aspetos considerados mais relevantes foram: envelhecimento ativo, maior qualidade de vida, participação social, conhecimento, bem-estar e estimulação cognitiva.

Os resultados dos inquéritos por questionário efetuados à população com idades compreendidas entre os 55 e 64 anos, revelam que a amostra faz algum uso da Internet e dos dispositivos tecnológicos; detêm competências básicas digitais; reconhecem vantagens na utilização das TIC e estão disponíveis para frequentar cursos de educação de adultos, em especial a população residente em Castelo Branco e na Guarda. Todavia, observa-se uma certa ausência de necessidade pessoal na utilização de dispositivos tecnológicos e da Internet, que está associada não só a algum desconhecimento das potencialidades destas ferramentas, mas também à iliteracia digital, que, por sua vez, se alia um desinteresse na aprendizagem ao longo da vida, sendo tanto mais acentuado quanto mais a população avança na idade e menos habilitações académicas possui, principalmente entre os indivíduos do sexo masculino do distrito de Portalegre.

## VI. CONCLUSÕES

A aprendizagem ao longo da vida reflete as experiências, os saberes, as vivências e as necessidades permanentes de adaptação às mudanças. Deste modo, enriquece e desenvolve o indivíduo, pessoal, social e profissionalmente, com novas competências ajustadas ao ambiente em que se insere para confrontar os desafios da sociedade atual - digital, global e do conhecimento, nomeadamente as competências digitais. A aprendizagem ao longo da vida é, consequentemente, uma forma de promover a inclusão digital e social dos mais velhos, independentemente do contexto de aprendizagem (formal, não formal ou informal), atenuando possíveis focos de infoexclusão e segregação social.

As tecnologias digitais, em particular a utilização de dispositivos tecnológicos e da Internet, possibilitam a participação cívica e a interação familiar e social, mas

também o acesso a um conjunto de serviços e bens, assim como de atividades lúdicas, recreativas e culturais. Promovem, simultaneamente, a solidariedade intergeracional, seja na família como nos diferentes contextos sociais. Estimulam, ainda, novos interesses e curiosidades, logo uma maior predisposição para a constante atualização de informação e a aquisição de competências digitais. E, por conseguinte, uma cidadania digital mais ativa e uma visão mais positiva do envelhecimento.

Portanto, é fundamental sensibilizar a população das regiões do interior para a importância de aprender ao longo da vida numa sociedade em constante evolução e transformação digital, mas, de igual modo, garantir o acesso a recursos tecnológicos e serviços digitais de qualidade e mais acessíveis e adaptados às características dessa população. Efetivamente, temos de empoderar as populações do interior para os desafios não só do envelhecimento, da desertificação e do isolamento, mas também do mundo digital.

Esse empoderamento pode passar por diversas estratégias e abordagens integradas e em articulação com as diferentes entidades locais dos territórios, que devem ser diferenciadas e ajustadas de acordo com as necessidades e interesses das populações de cada região. Algumas estratégias poderão ser: a promoção da infoinclusão com ações de sensibilização, esclarecimento e formação em competências digitais para obtenção de informação, comunicação, socialização, utilização segura da Internet, autonomia digital, cidadania reforçada e participativa; o desenvolvimento de políticas territoriais de coesão digital, designadamente no acesso aos serviços públicos de saúde, sociais e políticos; a dinamização do convívio intergeracional e a intervenção comunitária de proximidade no combate à infoexclusão através da experimentação e da utilização de ferramentas digitais, de forma a estimular o interesse, a curiosidade e a necessidade de utilização dos recursos digitais, bem como a aprendizagem ao longo da vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] R. Canário, "Adultos: da escolarização à educação," Revista Portuguesa de Pedagogia, vol. 35, pp. 85-100, 2001.
- [2] A. Aníbal, Da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida e à Validação das aprendizagens informais e não formais: recomendações e práticas. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 2013.
- [3] L. Lima, "A Educação faz tudo? Crítica ao pedagogismo na sociedade da aprendizagem," Revista Lusófona de Educação, vol. 15, pp. 41-54, 2010.
- [4] C. Cavaco, Adultos pouco escolarizados. Políticas e práticas de formação. Lisboa: Educa, 2009.
- [5] M. Castells, A Galáxia Internet. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- [6] Comissão das Comunidades Europeias, Livro Branco sobre a Educação e a Formação. COM(95) 590 final, Bruxelas, 29.11. 1995.
- [7] M. Freitas and C. Freitas. Aprendizagem Cooperativa. Porto: Edições Asa, 2002.
- [8] J. Bottentuit and C. Coutinho, "A educação a distância para a formação ao longo da vida na sociedade do conhecimento," in Atas do Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, 2007, pp. 613-623.

- [9] A. Simão, “Estudo acompanhado – Uma oportunidade para Aprender a Aprender,” in Ministério da Educação, Novas áreas Curriculares, Lisboa: Departamento de Educação Básica, 2002, pp. 67-90.
- [10] A. Nunes and M. Nunes, A saúde em Portugal: um olhar sobre o distrito de Castelo Branco, Portugal: RVJ Editores, 2016.
- [11] INE, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2017.
- [12] M. Castells and G. Cardoso, A Sociedade em Rede – do conhecimento à Acção Política, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- [13] J. Mosquera and C. Stobus, “O envelhecimento saudável: educação, saúde e psicologia positiva,” in A. Ferreira, C. Stobaus, D. Goulart and J. Mosquera, Eds. Educação e Envelhecimento, Porto Alegre, RE: ediPUCRS 2012, pp.14-22.
- [14] A. Nunes, “Modernização, envelhecimento e infoexclusão em Portugal,” Revista Kairós – Gerontologia, vol. 20 (2), pp. 79-99, 2017.
- [15] C. Lobet-Maris and J. Galand, “Seniors and ICT’s: A sense of Wisdom,” Communications & Strategies, No 53, 1st quarter, pp. 87-101, 2004.
- [16] K. Ala-Mutka and Y. Punie, Y., Ageing Societies, Learning and ICT. eLearning Papers, ISSN 18871542. European Commission, 2007.
- [17] I. Borges, I., “Can ICT help the European Union meet the needs of its ageing population?”, International Conference: Live Forever! AGE European Platform. Lisbon, 2006.
- [18] R. Morgan, R., “Technology greets the age wave”, The Gerontologist, vol. 45, no 5, pp. 704-710, 2005.